

Relatório Anual de 2021



SICOOB CREDI-RURAL
Cooperativa de Crédito

Great
Place
To
Work.

Certificado
29/03/2021 - 29/03/2022
BRASIL

Sua Integralização

**VALE
OURO**

R\$ 400.000

**EM CERTIFICADOS DE
BARRAS DE OURO**

R\$ 200.000

NO PRÊMIO PRINCIPAL E
4 PRÊMIOS REGIONAIS DE R\$ 50.000

Consulte o regulamento em www.sicoobcredirural.com.br
ou com um de nossos atendentes.

Fique atento às datas dos sorteios.

06/04: Sorteio regional de 4 prêmios de R\$ 50.000,00 | 05/10: Sorteio principal de 1 prêmio de R\$ 200.000,00

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....	04
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AGO (ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA).....	05
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	06
AGRADECIMENTOS.....	08
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	09
RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	10
EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL.....	13
BALANÇO PATRIMONIAL.....	14
EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	13
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	13
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS.....	15
DEMONSTRAÇÃO DAS REVERSÕES E DESTINAÇÕES.....	16
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES.....	17
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	18
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	19
NOTAS EXPLICATIVAS.....	20
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	46
ORÇAMENTO FINANCEIRO.....	47

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Kadmo Ribeiro Carneiro
Vice-Presidente: Vanderval Lima Ferreira

Conselheiros:

Antonio Pimenta Martins
Armante Campos Guimarães Júnior
José Eduardo Corrêa Porto Gonçalves
Leonardo Carvalho
Paulo Humberto Alves Maciel
Tony Eduardo Ferreira Tavares
Zenaide Furquim Guimarães

CONSELHO FISCAL

Conselheiros:

Carlos Roberto Marques Júnior
Daniela Carvalho Giacomini
Henrique de Campos Citroni
Juzilane Carvalho Dias
Kathleen Van Den Broek
Ricardo Vian

DIRETORIA EXECUTIVA

Fábio Bellintani Iplinsky - Diretor Operacional
Ocimar Furtado de Souza - Diretor de Negócios

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO, nome de fantasia SICOOB CREDI-RURAL, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 1881, Jardim Goiás, CEP: 75903-290, Rio Verde (GO), no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, **convoca os associados**, que nesta data são em número de 14.540 (quatorze mil, quinhentos e quarenta) em condições de votar, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, que se realizará no dia **12 de março de 2022 – sábado**, na modalidade presencial, no saguão coberto do Sindicato Rural de Rio Verde, situado na Rua 72, número 345, Quadra 21, Área Única Parque de Exposição, Bairro Popular, CEP: 75903-270, na Cidade de Rio Verde, no Estado de Goiás, ou, caso haja Decreto impeditivo diante da Covid-19, na modalidade digital, por meio das plataformas Sicoob Moob e Youtube, às 7h em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos associados em condições de votar, ou em segunda convocação às 8h, com a presença mínima de metade mais um dos associados em condições de votar ou, ainda, em terceira e última convocação às 9h, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados em condições de votar, de forma digital, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

I - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

- Alteração do artigo 71 para inclusão de Diretoria de Controle e Risco;
- Alteração do artigo 73 que trata sobre a substituição dos diretores em caso de ausências ou impedimentos temporários;
- Alteração do artigo 75, com a exclusão da letra h do inciso II, e inclusão do inciso IV com descrição das competências da diretoria de controle e risco;
- Sistematizar e consolidar o Estatuto Social com as alterações mencionadas, conotações internas estatutárias e em quaisquer outros dispositivos não citados, tais como: acerto ortográfico, remissões, renumerações, convergências e divergências em face das alterações efetivadas.

II - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- Prestação de contas dos órgãos de administração do exercício de 2021, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - relatório de gestão;
 - balanço do exercício de 2021;
 - demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2021;
 - relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.
- Fixação do valor dos honorários e gratificações dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, e fixação das cédulas de presença dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- Estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras, com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício de 2021;
- Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Autorização de pagamento de juros ao capital social do exercício de 2022;
- Apresentação de Orçamento-Programa para o exercício de 2022.

Observações:

- Conforme Estatuto Social, o último dia para registro de chapa para concorrer às eleições é **21/02/2022**, até às 18 horas, na Sede Administrativa;
- Os Demonstrativos Contábeis estarão disponíveis aos associados no site: www.sicoobcredirural.com.br, a partir do dia 02 de março de 2022.
- A Assembleia será realizada fora da sede da Cooperativa por falta de espaço físico adequado.
- Caso tenha-se que considerar o isolamento social determinado pelas autoridades, a Assembleia será realizada em formato digital, com transmissão ao vivo pelo Youtube e votações por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente no aplicativo do Sicoob ou nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os associados, que poderão votar nos assuntos da pauta (Art. 43-A da Lei nº 5.764/71);
- Link para acesso à transmissão ao vivo no Youtube: <https://youtu.be/LhhAwZ9d-aw>
- Link para baixar o aplicativo Moob: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/baixar-moob>
- Conforme dispõe o Art. 38 da Lei nº 5.764/71, bem como em atenção aos princípios legais e doutrinários, as deliberações tomadas nestas assembleias ora convocadas: a) restringir-se-ão exclusivamente à ORDEM DO DIA acima anunciada, obedientes à vinculação do ato convocatório e à inalterabilidade do edital de convocação; b) observarão, quando pertinente, o quórum determinado pelo parágrafo único do Art. 46 da Lei nº 5.764/71, vinculando a todos, ainda que ausentes ou discordantes.
- As atas dos respectivos certames – Extraordinária e Ordinária – serão feitas separadamente.

MENSAGEM DO CONSELHO

A CREDI-RURAL apresenta novamente um ótimo resultado com excelente performance econômico-financeira e sobras superiores a R\$146 milhões, tendo a rentabilidade do PL atingido 24% na média do ano. Resultado que só foi possível com a fortíssima participação de nossos quase 15 mil cooperados nas 21 cidades onde já somos presentes. Fechamos dezembro com mais de R\$3,7 bilhões de ativos e uma média de crescimento superior a 60%, apesar das dificuldades econômicas impostas pela pandemia.

Esta abençoada região onde temos nossa atuação direta, na verdade não sofreu impactos relevantes da pandemia nem das dificuldades econômicas decorrentes. Lastreada por um fortíssimo setor do agronegócio, a região manteve taxas de crescimento elevadas, aumento do emprego e do PIB regional, com nossos associados depositando seus recursos em nossa cooperativa que atingiu média próximo aos R\$2 bilhões em 2021, crescendo 50%.

Aproveitamos para agradecer a confiança de vocês, cooperados, mantendo seus recursos na nossa CREDI-RURAL.

Esse fabuloso aporte somado ao Patrimônio Líquido de R\$793 milhões mais os recursos captados para repasse, permitiu excepcional crescimento de 75% na oferta de crédito, atingindo média superior a R\$2,3 bilhões no ano, encerrando o exercício com mais de R\$2,8 bilhões entre empréstimos e financiamentos, dando ênfase no crédito rural e nos investimentos, sempre com taxas competitivas.

Ampliamos fortemente a oferta de serviços, estabelecendo uma retaguarda de suporte a este segmento dos negócios da cooperativa. Segmento este que teve as receitas aumentadas excepcionais 620% nestes quatro anos, suficientes para atingirmos nossa meta estratégica de cobrir toda a folha de pagamento de nossos colaboradores.

Temos de ressaltar que este forte incremento dos negócios em geral, foi muito superior à média do mercado em que atuamos, sendo conquistados grande aumento de participação regional, ampliando de 11,3% para 29% nossa participação de mercado em depósitos e de 5,2% para 14,8% em empréstimos.

Como resultante dessa forte expansão dos negócios, traduzidos nos números apresentados , nos colocamos entre as 5 maiores e melhores cooperativas do sistema Sicoob, sendo que lideramos em sobras por cooperado e em empréstimo por cooperado, além de termos a melhor relação despesas/receita entre as mais de 360 cooperativas do sistema..

Neste período abrimos 8 unidades de atendimento aos associados nas cidades de Anicuns, Palmeiras de Goiás, Montes Claros de Goiás, Sanclerlândia, Piranhas, Serranópolis, Doverlândia e Ivolândia, além de reformas em quase todas as unidades. Em Rio Verde fizemos uma reestruturação com agências específicas, do Agronegócio, das Pessoas Jurídicas e das Pessoas Físicas. Atingimos assim 21 municípios atendidos pela CREDI-RURAL.

Também em 2021 a CREDI-RURAL foi certificada pelo GPTW – GREAT PLACE TO WORK, fato que nos orgulha e reflete nossa preocupação com nossos mais de 350 colaboradores diretos. Este certificado atesta o elevado grau de satisfação dos nossos funcionários com a cooperativa.

Encerramos assim o mandato outorgado a este conselho pelos associados no ano de 2018.

Vencemos desafios. Passamos pela pandemia e por esse difícil período, acreditando no cooperativismo, na força e união das pessoas e na sua capacidade de superação frente a esta calamidade mundial. Com motivação redobrada, temos a satisfação de ter atingido todos os objetivos que nos propusemos nestes últimos quatro anos.

A participação ativa dos associados e a confiança na sua cooperativa é o motor do crescimento e o catalizador dos resultados que alcançamos. Mantivemos sempre nossa premissa de manter crescimento equilibrado entre os aspectos empresariais e econômico-financeiros e os aspectos associativos que permitem o cooperativismo.

Somos imensamente gratos pela confiança.

AGRADECIMENTOS

Antes de iniciarmos nossos agradecimentos, como fazemos todos os anos, gostaríamos de conclamar a todos os presentes para agradecermos a Deus pelo dom da vida, visto que os dois últimos anos foram marcados por muitas perdas, em todas as esferas: sociais, profissionais e pessoais, e hoje estamos aqui! Celebremos pois este dia, o dia de hoje.

Dessa forma, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva agradecem aos cooperados pelo inestimável apoio e total confiança. Da mesma forma agradecem aos funcionários pelo profissionalismo e dedicação nos seus afazeres diários. Cooperados e funcionários formam o verdadeiro alicerce da cooperativa.

Também nossos agradecimentos à Comigo, com a qual mantemos fortes laços históricos, pela intercooperação e apoio, assim como ao Sicoob Confederação, à Central Sicoob Uni e à OCB/Sescoop-GO.

Ainda muito particularmente nosso apreço ao Carlos Claro de Oliveira Júnior, pela ampla cooperação com o planejamento que nos norteia na busca incessante de novos desafios e metas, objetivando contínuo crescimento da Credi-Rural.

Por fim, a todas as pessoas, físicas e jurídicas, que de alguma forma se relacionaram conosco, nosso muito obrigado.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Confira os resultados
do Sicoob Credi-Rural
no ano de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano – Sicoob do Credi-Rural

Rio Verde/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano – Sicoob do Credi-Rural**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sicoob do Credi-Rural** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração das Reversões e Destinações do Resultado do Exercício

Examinamos, também, a Demonstração das Reversões e Destinações do Resultado do Exercício, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do Sicoob Credi-Rural e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse

relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 24 de fevereiro de 2022.



Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090

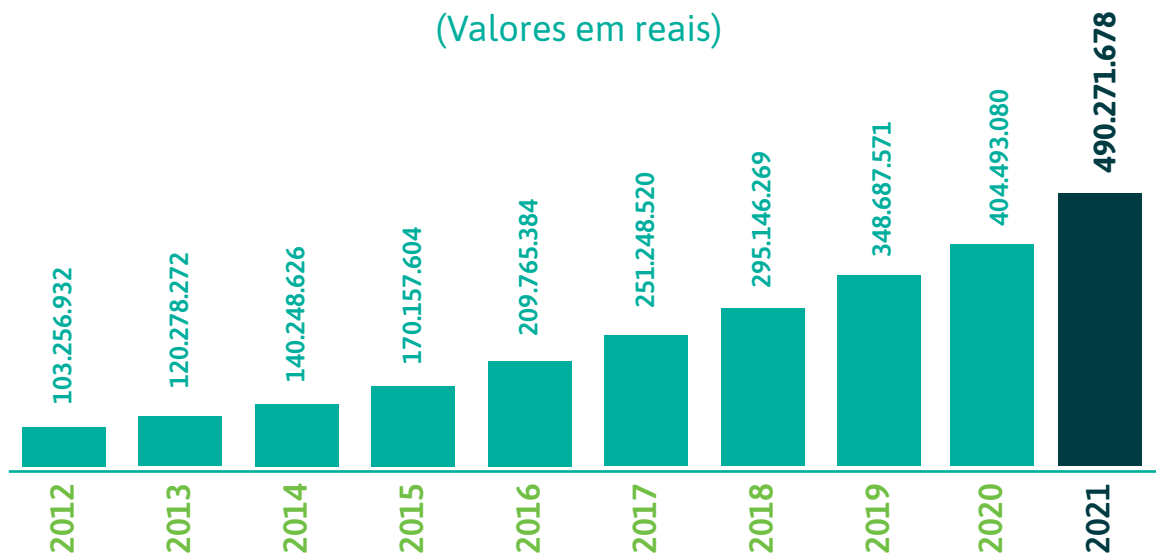
EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Número de associados



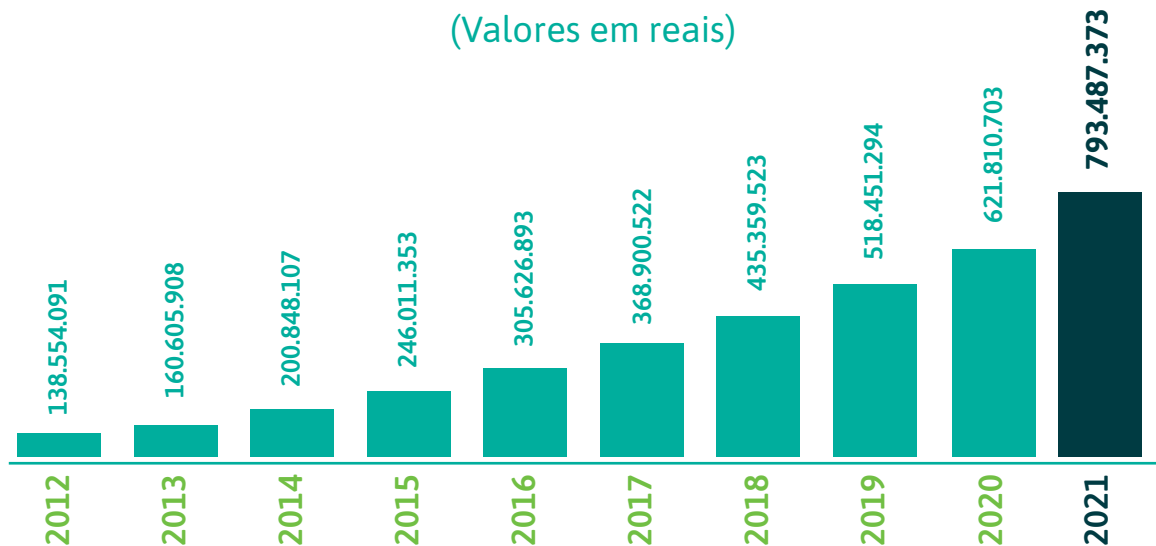
EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

(Valores em reais)



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores em reais)



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores em reais)

Descrição	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		3.778.825.142,08	2.362.376.635,38
DISPONIBILIDADES	04	20.955.663,63	14.099.331,11
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.785.533.432,16	2.349.237.402,81
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	04	10.061.519,67	9.688.015,62
Relações Interfinanceiras	04	803.547.894,08	405.344.708,52
Centralização Financeira		803.547.894,08	405.344.708,52
Operações de Crédito	05a	2.961.668.091,09	1.931.943.891,00
Outros Ativos Financeiros	06	10.255.927,32	2.260.787,67
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(103.432.854,34)	(59.448.226,19)
(-) Operações de Crédito	05b	(102.850.536,83)	(59.279.317,29)
(-) Outras		(582.317,51)	(168.908,90)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	07	4.949.960,32	1.967.151,83
OUTROS ATIVOS	08	989.821,99	1.024.297,90
INVESTIMENTOS	09	47.380.006,37	35.709.990,27
IMOBILIZADO DE USO	10	34.737.938,11	29.768.410,48
INTANGÍVEL	11	2.889.898,31	3.375.112,80
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(15.178.724,47)	(13.356.835,63)
TOTAL DO ATIVO		3.778.825.142,08	2.362.376.635,38
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.778.825.142,08	2.362.376.635,38
DEPÓSITOS	12	1.454.084.606,88	1.042.583.886,61
Depósitos à Vista		420.499.474,85	404.963.020,69
Depósitos à Prazo		1.033.585.132,03	637.620.865,92
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.465.980.656,95	652.174.357,06
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	250.001.439,76	183.767.339,81
Relações Interfinanceiras	14	835.574.400,74	187.503.810,17
Repasse Interfinanceiros		835.574.400,74	187.503.810,17
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	239.274.211,43	135.900.820,97
Outros Passivos Financeiros	15	141.130.605,02	145.002.386,11
PROVISÕES	17	8.086.209,46	4.215.725,41
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	4.669.335,66	2.371.924,65
OUTROS PASSIVOS	19	52.516.959,21	39.220.038,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		793.487.373,92	621.810.703,49
CAPITAL SOCIAL	20	490.271.678,43	402.502.568,17
RESERVAS DE SOBRAS		303.215.695,49	219.308.135,32
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.778.825.142,08	2.362.376.635,38

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores em reais)

Descrição	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		210.920.699,53	350.199.898,04	207.719.623,01
Operações de Crédito	22	184.099.197,23	310.495.153,19	184.571.252,62
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		24.947.997,93	36.140.696,92	16.811.569,54
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		249.341,41	373.504,05	271.852,36
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.624.162,96	3.190.543,88	6.064.948,49
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(91.970.187,68)	(147.125.245,06)	(70.269.171,89)
Operações de Captação no Mercado		(42.734.473,11)	(59.392.926,69)	(23.519.782,24)
Operações de Empréstimos e Repasses		(25.632.834,92)	(34.979.816,64)	(10.175.770,20)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(23.602.879,65)	(52.752.501,73)	(36.573.619,45)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		118.950.511,85	203.074.652,98	137.450.451,12
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(15.490.840,10)	(30.136.711,74)	(31.017.137,14)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	12.348.785,12	20.599.241,81	10.194.938,97
Rendas de Tarifas	25	1.015.406,26	1.938.848,14	2.183.928,60
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(15.483.455,84)	(28.243.982,94)	(24.265.193,18)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(15.536.413,03)	(28.791.486,75)	(24.793.909,78)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(1.102.564,63)	(1.837.057,87)	(957.795,05)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	5.626.942,37	9.590.833,87	6.997.186,21
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(2.359.540,35)	(3.393.108,00)	(376.292,91)
PROVISÕES	30	(1.502.121,90)	(2.197.161,74)	(707.958,82)
Provisões/Reversões para Contingências		-	1.431,02	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(1.502.121,90)	(2.198.592,76)	(707.958,82)
RESULTADO OPERACIONAL		101.957.549,85	170.740.779,50	105.725.355,16
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31	202.620,51	185.377,71	8.175,19
Ganhos de Capital		220.533,14	236.599,65	81.573,28
Reversão de Provisões Não Operacionais		-	-	423,13
(-) Perdas de Capital		(17.912,63)	(51.221,21)	(73.821,22)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		-	(0,73)	-
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		102.160.170,36	170.926.157,21	105.733.530,35
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.986.942,56	-	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		1.237.339,10	-	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		749.603,46	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(4.052.209,98)	(4.052.209,98)	(3.405.931,63)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		100.094.902,94	166.873.947,23	102.327.598,72
JUROS AO CAPITAL		(20.329.706,66)	(20.329.706,66)	(10.307.188,70)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		79.765.196,28	146.544.240,57	92.020.410,02

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS REVERSÕES E DESTINAÇÕES

exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores em reais)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
1. Resultado Líquido na DSP	146.544.240,57	92.020.410,02
2. Reversões	-	1.561.069,53
2.1 Legais/Estatutárias		
Utilização do FATES (Treinamento, Eventos)	-	1.561.069,53
3. Base das destinações Legais (1 + 2)	146.544.240,57	93.581.479,55
4. Destinações	(58.617.696,23)	(37.432.591,82)
4.1 Fundo de Reserva		
35% das Sobras (art.34 inc.I) Estatuto	(51.290.484,20)	(32.753.517,84)
4.2 FATES		
5% das Sobras (art.34 inc.II) Estatuto	(7.327.212,03)	(4.679.073,98)
5. Sobras após destinações Legais (3 + 4)	87.926.544,34	56.148.887,73
6. Reversões	685.837,84	-
6.1 Legais/Estatutárias		
Utilização do FATES (Treinamento, Eventos)	685.837,84	-
7. Sobras após reversões (5 + 6)	88.612.382,18	56.148.887,73
8. Destinações	(88.612.382,18)	(56.148.887,73)
8.1 Fundo para aumento de capital art. 32 do Estatuto	(88.612.382,18)	(56.148.887,73)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores em reais)

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Capital A Realizar	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Sobras Ou Perdas Acumuladas	Totais
Saldos em 31/12/2019		348.687.571,40	(1.666.853,45)	130.333.900,15	41.096.676,10	-	518.451.294,20
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	71.829,60	-	-	71.829,60
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados		40.824.463,66	-	-	41.096.676,10	-	(272.212,44)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		25.065.494,28	(323.658,38)	-	-	-	24.741.835,90
Por Devolução (-)		(19.246.695,38)	-	-	-	-	(19.246.695,38)
Estorno de Capital		(13.800,00)	-	-	-	-	(13.800,00)
Reversões de Fundos		-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	1.561.069,53	1.561.069,53
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						102.327.598,72	102.327.598,72
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(10.307.188,70)	(10.307.188,70)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		9.176.046,64	-	-	-	-	9.176.046,64
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	32.753.517,84	-	(32.753.517,84)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	56.148.887,73	(56.148.887,73)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(4.679.073,98)	(4.679.073,98)
Saldos em 31/12/2020		404.493.080,00	(1.990.511,83)	163.199.247,59	56.148.887,73	-	621.810.703,49
Saldos em 31/12/2020		404.493.080,00	(1.990.511,83)	163.199.247,59	56.148.887,73	-	621.810.703,49
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	153.581,52	-	-	153.581,52
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados		55.773.681,31	-	-	(56.148.887,73)	-	(375.206,42)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		37.400.392,38	195.991,10	-	-	-	37.596.383,48
Por Devolução (-)		(22.835.377,53)	-	-	-	-	(22.835.377,53)
Estorno de Capital		(403.072,06)	-	-	-	-	(403.072,06)
Reversões de Fundos		-	-	-	-	685.837,84	685.837,84
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	166.873.947,23	166.873.947,23
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		17.637.495,06	-	-	-	(20.329.706,66)	(20.329.706,66)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		-	-	-	-	-	17.637.495,06
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	51.290.484,20	-	(51.290.484,20)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	88.612.382,18	(88.612.382,18)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(7.327.212,03)	(7.327.212,03)
Saldos em 31/12/2021		492.066.199,16	(1.794.520,73)	214.603.313,31	88.612.382,18	-	793.487.373,92
Saldos em 30/06/2021		461.316.958,92	(2.112.896,50)	163.162.248,43	-	66.779.044,29	689.145.355,14
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	150.580,88	-	-	150.580,88
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		21.864.994,68	318.375,77	-	-	-	22.183.370,45
Por Devolução (-)		(8.638.709,50)	-	-	-	-	(8.638.709,50)
Estorno de Capital		(114.540,00)	-	-	-	-	(114.540,00)
Reversões de Fundos		-	-	-	-	685.837,84	685.837,84
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	100.094.902,94	100.094.902,94
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(20.329.706,66)	(20.329.706,66)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		17.637.495,06	-	-	-	-	17.637.495,06
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	51.290.484,20	-	(51.290.484,20)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	88.612.382,18	(88.612.382,18)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(7.327.212,03)	(7.327.212,03)
Saldos em 31/12/2021		492.066.199,16	(1.794.520,73)	214.603.313,31	88.612.382,18	-	793.487.373,92

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 a 2020

(Valores em reais)

Descrição	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		102.160.170,36	170.926.157,21	105.733.530,35
Ajuste de Exercícios Anteriores		150.580,68	153.581,52	71.829,60
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(933.290,65)	(933.290,65)	(347.319,58)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(464.254,11)	(1.229.697,62)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		23.602.879,65	52.752.501,73	36.573.619,45
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		1.502.121,90	2.198.592,76	707.958,82
Provisões/Reversões Não Operacionais		-	-	(423,13)
Provisões/Reversões para Contingências		-	(1.431,02)	-
Atualização de Depósitos em Garantia		(1.659.551,13)	(1.659.551,13)	-
Depreciações e Amortizações		1.404.958,65	2.853.433,92	2.755.238,36
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		126.227.869,46	225.825.740,23	144.264.736,25
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito		(543.255.312,62)	(1.038.066.227,46)	(843.875.221,97)
Outros Ativos Financeiros		(4.017.534,86)	(6.761.434,73)	306.098,32
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(3.026.742,14)	(2.982.808,49)	(617.956,00)
Outros Ativos		636.320,15	34.475,91	(592.447,60)
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista		(227.107.467,99)	15.536.454,16	223.295.115,63
Depósitos à Prazo		(128.151.030,71)	395.964.266,11	325.565.169,15
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		19.370.349,33	66.234.099,95	(54.344.870,43)
Relações Interfinanceiras		376.721.042,89	648.070.590,57	97.054.886,46
Obrigações por Empréstimos e Repasses		138.986.902,41	103.373.390,46	134.562.439,07
Outros Passivos Financeiros		138.221.320,80	(3.871.781,09)	76.562.910,69
Provisões		1.662.226,51	1.673.322,31	73.519,04
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		3.145.398,43	2.297.411,01	(1.512.794,59)
Outros Passivos		(6.690.492,06)	(11.084.995,59)	(7.473.016,26)
FATES - Atos Cooperativos		(7.327.212,03)	(7.327.212,03)	(4.679.073,98)
Imposto de Renda		1.237.339,10	-	-
Contribuição Social		749.603,46	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(112.617.419,87)	388.915.291,32	88.589.493,78
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos		-	464.254,11	1.229.697,62
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		933.290,65	933.290,65	347.319,58
Aquisição de Intangível		-	(30.074,20)	(248.265,52)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.532.074,80)	(5.485.784,02)	(2.236.584,44)
Aquisição de Investimentos		(10.231.917,08)	(11.670.016,10)	(8.758.639,14)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(12.830.701,23)	(15.788.329,56)	(9.666.471,90)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		22.183.370,45	37.596.383,48	24.741.835,90
Devolução de Capital à Cooperados		(8.638.709,50)	(22.835.377,53)	(19.246.695,98)
Estorno de Capital		(114.540,00)	(403.072,06)	(13.800,00)
Distribuição de sobras para associados		-	(375.206,42)	(272.212,44)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		17.637.495,06	17.637.495,06	9.176.046,64
Reversões de Fundos		685.837,84	685.837,84	1.561.069,53
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		31.753.453,85	32.306.060,37	15.946.243,65
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(93.694.667,25)	405.433.022,13	94.869.265,53
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		928.259.744,63	429.132.055,25	334.262.789,72
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		834.565.077,38	834.565.077,38	429.132.055,25
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(93.694.667,25)	405.433.022,13	94.869.265,53

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado Abrangente

(Valores em reais)

Descrição	Notas	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		100.094.902,94	166.873.947,23	102.327.598,72
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		100.094.902,94	166.873.947,23	102.327.598,72

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Valores em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO - SICOOB CREDI-RURAL** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/08/1988**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDI-RURAL**, sediado à **AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº 1881, JARDIM GOIÁS, RIO VERDE - GO**, possui 20 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **JATAÍ - GO, ACREÚNA - GO, PARAÚNA - GO, MONTIVIDU - GO, INDIARA - GO, SANTA HELENA DE GOIÁS - GO, IPORÁ - GO, SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO, - GO, EDÉIA - GO, CATALÃO - GO, JANDAIA - GO, ANICUNS - GO, MONTES CLAROS DE GOIÁS - GO, PALMEIRAS DE GOIÁS - GO, PIRANHAS - GO, SERRANÓPOLIS - GO e SANCLERLÂNDIA - GO.**

O **SICOOB CREDI-RURAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 24/01/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório

Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de

encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *“impairment”*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (I)	20.955.663,63	14.099.331,11
Aplicações interfinanceiras de liquidez (II)	10.061.519,67	9.688.015,62
Relações interfinanceiras - centralização financeira (III)	803.547.894,08	405.344.708,52
TOTAL	834.565.077,38	429.132.055,25

(I) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria e terminal de autoatendimento) e em custódia na tesouraria centralizadora (numerário em trânsito em poder da transportadora de valores para reciclagem, onde o excedente é depositado nas contas de reservas bancárias).

(II) Refere-se as aplicações em depósitos interfinanceiros no Banco Sicoob pós-fixadas com taxa de 101% do CDI. Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2021 foram respectivamente R\$271.852,36 e R\$373.504,05.

(III) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB UNI conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2021 foram de R\$16.811.569,54 e R\$36.140.696,92 respectivamente, com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos.

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	398.844.409,24	204.545.192,19	603.389.601,43	271.818.376,29	112.514.295,41	384.332.671,70
Financiamentos	255.516.303,09	588.833.454,62	844.349.757,71	178.291.752,50	458.344.149,73	636.635.902,23
Financiamentos Rurais	1.212.467.398,29	301.461.333,66	1.513.928.731,95	708.700.735,48	202.274.581,59	910.975.317,07
Total de Operações de Crédito	1.866.828.110,62	1.094.839.980,47	2.961.668.091,09	1.158.810.864,27	773.133.026,73	1.931.943.891,00
(-) Provisões para Operações de Crédito	(62.517.180,49)	(40.333.356,34)	(102.850.536,83)	(35.996.153,13)	(23.283.164,16)	(59.279.317,29)
TOTAL	1.804.310.930,13	1.054.506.624,13	2.858.817.554,26	1.122.814.711,14	749.849.862,57	1.872.664.573,71

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	462.403,83	-	458.308,38	920.712,21	-	-	-
A 0,50% Normal	124.953.927,11	99.108.847,62	248.205.284,02	472.268.058,75	(2.361.340,29)	563.352.508,44	(2.816.762,54)
B 1% Normal	181.577.403,77	174.799.628,04	472.348.609,69	828.725.641,50	(8.287.256,42)	893.759.276,65	(8.937.592,77)
B 1% Vencidas	58.270,13	-	-	58.270,13	(582,70)	64.739,43	(647,39)
C 3% Normal	217.488.934,77	534.583.598,11	732.880.664,53	1.484.953.197,41	(44.548.595,92)	384.008.270,64	(11.520.248,12)
C 3% Vencidas	1.055.476,56	237.252,60	344.718,70	1.637.447,86	(49.123,44)	1.037.976,99	(31.139,31)
D 10% Normal	25.556.791,68	29.101.704,54	54.643.872,01	109.302.368,23	(10.930.236,82)	28.721.579,37	(2.872.157,94)
D 10% Vencidas	274.936,69	23.055,33	-	297.992,02	(29.799,20)	698.241,40	(69.824,14)
E 30% Normal	11.615.224,96	3.511.832,46	3.884.753,11	19.011.810,53	(5.703.543,16)	16.718.583,95	(5.015.575,19)
E 30% Vencidas	1.510.810,00	1.020.824,60	143.719,09	2.675.353,69	(802.606,11)	1.328.202,85	(398.460,86)
F 50% Normal	13.455.132,20	1.179.782,03	329.038,87	14.963.953,10	(7.481.976,55)	24.937.149,14	(12.468.574,57)
F 50% Vencidas	950.668,01	57.938,83	335.215,28	1.343.822,12	(671.911,06)	3.961.811,46	(1.980.905,73)
G 70% Normal	4.062.097,92	2.946,47	-	4.065.044,39	(2.845.531,07)	351.039,10	(245.727,37)
G 70% Vencidas	7.591.567,62	-	96.383,83	7.687.951,45	(5.381.566,02)	276.035,81	(193.225,07)
H 100% Normal	7.631.584,02	493.523,55	110.202,03	8.235.309,60	(8.235.309,60)	10.835.149,16	(10.835.149,16)
H 100% Vencidas	5.144.372,16	228.823,53	147.962,41	5.521.158,10	(5.521.158,10)	1.893.326,61	(1.893.326,61)
Total Normal	586.803.500,26	842.781.862,82	1.512.860.732,64	2.942.446.095,72	(90.393.789,83)	1.922.683.556,45	(54.711.787,66)
Total Vencidos	16.586.101,17	1.567.894,89	1.067.999,31	19.221.995,37	(12.456.746,63)	9.260.334,55	(4.567.529,11)
Total Geral	603.389.601,43	844.349.757,71	1.513.928.731,95	2.961.668.091,09	(102.850.536,46)	1.931.943.891,00	(59.279.316,77)
Provisões	(43.654.864,23)	(23.903.709,34)	(35.291.963,26)	(102.850.536,83)		(59.279.317,29)	
Total Líquido	559.734.737,20	820.446.048,37	1.478.636.768,69	2.858.817.554,26		1.872.664.573,71	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	117.168.138,98	281.676.270,26	204.545.192,19	603.389.601,43
Financiamentos	38.424.215,24	217.092.087,85	588.833.454,62	844.349.757,71
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	371.783.666,86	840.683.731,43	301.461.333,66	1.513.928.731,95
TOTAL	527.376.021,08	1.339.452.089,54	1.094.839.980,47	2.961.668.091,09

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	9.598.260,53	8.259.286,79	-	17.857.547,32	0,60%
Setor Privado - Serviços	169.074.429,90	283.718.502,29	295.496,07	453.088.428,26	15,30%
Pessoa Física	421.242.846,88	544.389.983,87	1.356.677.450,65	2.322.310.281,40	78,41%
Outros	3.474.064,12	7.981.984,76	156.955.785,23	168.411.834,11	5,69%
TOTAL	603.389.601,43	844.349.757,71	1.513.928.731,95	2.961.668.091,09	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	59.279.317,29	24.436.031,69
Constituições/Reversões no período	52.345.072,90	36.464.720,13
Transferência para prejuízo no período	(8.773.853,36)	(1.621.434,53)
Saldo Final	102.850.536,83	59.279.317,29

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	154.475.714,33	5,22%	35.387.339,28	1,83%
10 Maiores Devedores	451.300.380,12	15,24%	253.041.501,83	13,40%
50 Maiores Devedores	1.016.762.831,49	34,33%	652.347.264,85	33,77%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	15.566.775,87	16.752.303,65
Valor das operações transferidas no período	8.773.853,36	1.621.434,53
Valor das operações recuperadas no período	(3.034.728,83)	(2.804.065,76)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(123.919,85)	(2.896,55)
Saldo Final	21.181.980,55	15.566.775,87

h) Operações renegociadas:

As operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um saldo devedor conforme demonstrado abaixo, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Operações Renegociadas	60.252.229,17	60.122.973,05

6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (I)	830.686,45	-	830.686,45	330.706,35	-	330.706,35
Rendas a Receber	577.536,95	-	577.536,95	346.503,46	-	346.503,46
Outras rendas a Receber	70.713,49	-	70.713,49	1.756,99	-	1.756,99
Rendimentos Centralização Financeira (II)	6.185.741,65	-	6.185.741,65	653.721,87	-	653.721,87
Títulos e Créditos a Receber	9.913,00	-	9.913,00	6.314,35	-	6.314,35
Devedores por Depósitos em Garantia (III)	-	2.581.335,78	2.581.335,78	-	921.784,65	921.784,65
TOTAL	7.674.591,54	2.581.335,78	10.255.927,32	1.339.003,02	921.784,65	2.260.787,67

(I) Refere-se a operações de avais e fiança honrados. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. No quadro abaixo é apresentado o valor das provisões segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(582.317,51)	-	(168.908,90)	-

Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E 0,30% Vencidas	156.009,95	156.009,95	(46.802,99)	98.509,68	(29.552,90)
F 0,50% Vencidas	185.037,66	185.037,66	(92.518,83)	175.199,73	(87.599,87)
G 0,70% Vencidas	155.477,28	155.477,28	(108.834,10)	17.469,60	(12.228,72)
H 1% Vencidas	334.161,56	334.161,56	(334.161,56)	39.527,34	(39.527,34)
Total Vencidos	830.686,45	830.686,45	(582.317,48)	330.706,35	(168.908,83)
Total Geral	830.686,45	830.686,45	(582.317,48)	330.706,35	(168.908,83)
Provisões	(582.317,47)	(582.317,47)		(168.908,83)	
Total Líquido	248.368,98	248.368,98		161.797,52	

(II) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB UNI referente ao mês de dezembro de 2021, efetivamente recebida no mês subsequente;

(III) No ativo não circulante o montante de R\$2.579.904,76, refere-se à depósitos judiciais vinculados à ação movida pela cooperativa contra a Receita Federal em contestação à intenção de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre ato cooperativo em trâmite, sem trânsito em julgado e R\$1.431,02 refere-se a outros depósitos;

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar (I)	4.949.930,32	-	1.967.151,83	-
Imposto de Renda a Recuperar	30,00	-	-	-
TOTAL	4.949.960,32	-	1.967.151,83	-

(I) Refere-se a créditos de IRPJ e CSLL calculados sobre o resultado dos atos não cooperativos recolhidos mensalmente por estimativa.

8. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	193.371,20	-	146.801,31	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	32.901,57	-	93.715,93	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	128.813,27	-	-	-
Devedores Diversos – País (I)	148.140,15	-	446.412,22	-
Material em Estoque	133.644,53	-	78.005,86	-
Despesas Antecipadas	352.951,27	-	260.793,60	-
Sem Característica de Concessão de Crédito	-	-	(1.431,02)	-
TOTAL	989.821,99	-	1.024.297,90	-

(I) Refere-se a pendências a regularizar, mas ainda sujeitos a conciliação decorrentes das operacionalizações de produtos e serviços da instituição com seus associados;

9. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas da Central Sicoob UNI e ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB. (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito), conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central de Crédito (I)	25.926.596,82	16.743.979,77
Partic. em Inst. Financ. Controlada por Coop. Crédito (II)	21.421.627,76	18.934.228,71
Outras Participações	7.044,54	7.044,54
Outros Investimentos	24.737,25	24.737,25
TOTAL	47.380.006,37	35.709.990,27

(I) A remuneração do investido na Central Sicoob UNI recebida através de juros sobre o capital em 2021 e 2020 foi de R\$933.290,65 e R\$347.319,58 respectivamente.

(II) A remuneração do investimento realizado no Banco Sicoob recebida através de dividendos em 2021 e 2020 foi de R\$464.254,11 e R\$1.229.697,62 respectivamente.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (I)		1.460.502,39	1.376.701,22
Terrenos		5.359.566,67	5.359.566,67
Edificações	4%	6.763.908,63	6.734.628,69
Instalações	10%	5.362.728,97	3.651.111,59
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.994.808,78	3.088.665,68
Sistema de Processamento de Dados	20%	7.780.703,72	6.522.954,83
Sistema de Segurança	10%	1.159.186,05	975.593,22
Sistema de Transporte	20%	584.362,13	808.362,13
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		2.272.170,77	1.250.826,45
Total de Imobilizado de Uso (1)		34.737.938,11	29.768.410,48
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.978.337,75)	(1.708.074,14)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(2.226.253,71)	(1.850.711,05)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(7.044.185,00)	(5.967.625,86)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(475.899,59)	(639.307,87)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(877.812,29)	(501.383,06)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso (2)		(12.602.488,34)	(10.667.101,98)
TOTAL (1 + 2)		22.135.449,77	19.101.308,50

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão de obras em andamento e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas de Processamento de Dados	2.885.991,65	3.371.206,14
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	3.906,66	3.906,66
Total de Intangível (1)	2.889.898,31	3.375.112,80
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(2.576.236,13)	(2.689.733,65)
Total de Amortização de ativos Intangíveis (2)	(2.576.236,13)	(2.689.733,65)
TOTAL (1 + 2)	313.662,18	685.379,15

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	420.499.474,85	-	404.963.020,69	-
Depósito a Prazo	1.033.585.132,03	-	637.620.865,92	-
TOTAL	1.454.084.606,88	-	1.042.583.886,61	-

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	342.171.272,64	18,66%	144.833.461,53	10,57%
10 Maiores Depositantes	722.607.048,80	39,41%	389.078.214,76	28,40%
50 Maiores Depositantes	940.522.637,44	51,29%	594.734.272,33	43,41%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(34.257.009,81)	(47.092.280,39)	(15.291.530,44)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(6.975.551,49)	(9.490.318,13)	(6.347.394,46)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.501.911,81)	(2.810.328,17)	(1.880.857,34)
TOTAL	(42.734.473,11)	(59.392.926,69)	(23.519.782,24)

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	238.608.150,19	11.393.289,57	250.001.439,76	183.246.419,95	520.919,86	183.767.339,81

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesa com LCA	(9.490.318,13)	(6.347.394,46)

14. Relações Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Repasse interfinanceiros	724.399.117,89	111.175.282,85	835.574.400,74	186.804.418,37	699.391,80	187.503.810,17
Recursos do Bancoob	742.482.438,98	119.484.432,69	861.966.871,67	190.968.771,51	706.421,71	191.675.193,22
(-) Despesas a Apropriar Bancoob	(18.083.321,09)	(8.309.149,84)	(26.392.470,93)	(4.164.353,14)	(7.029,91)	(4.171.383,05)
Obrigações por Empréstimos	239.274.211,43	-	239.274.211,43	135.900.820,97	-	135.900.820,97
Cooperativa Central	35.000.000,00	-	35.000.000,00	35.000.000,00	-	35.000.000,00
Bancoob	204.274.211,43	-	204.274.211,43	100.900.820,97	-	100.900.820,97
TOTAL	963.673.329,32	111.175.282,85	1.074.848.612,17	322.705.239,34	699.391,80	323.404.631,14

As despesas incorridas no período foram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(25.325.923,16)	(25.325.923,16)	(6.443.971,37)
Cooperativa Central	(306.911,76)	(306.911,76)	(34.680,23)
Outras Instituições	-	(9.346.981,72)	(3.697.118,60)
TOTAL	(25.632.834,92)	(34.979.816,64)	(10.175.770,20)

15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (I)	140.324.118,96	-	144.826.704,95	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (II)	277.669,92	-	169.499,38	-
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (III)	528.816,14	-	6.181,78	-
TOTAL	141.130.605,02	-	145.002.386,11	-

(I) Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem. Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(II) Refere-se a provisões para pagamento decorrentes da aquisição de bens ou serviços (fornecedores).

(III) Refere-se a valores a serem repassados, relativos a tributos Federais e Estaduais.

16. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CREDI-RURAL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prov. para Garantias Finan. Prestadas (a)	1.549.736,63	2.864.094,25	4.413.830,88	732.149,17	1.483.088,95	2.215.238,12
Provisão para Contingências (b)	-	3.672.378,58	3.672.378,58	-	2.000.487,29	2.000.487,29
TOTAL	1.549.736,63	6.536.472,83	8.086.209,46	732.149,17	3.483.576,24	4.215.725,41

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	218.571.754,88	175.378.987,52

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Provisão para Passivos Contingentes (I)	787.286,82	-	778.765,76	-
Para Interposição de Outros Recursos Fiscais (II)	2.885.091,76	2.581.335,78	1.221.721,53	921.784,65
TOTAL	3.672.378,58	2.581.335,78	2.000.487,29	921.784,65

(I) Refere-se às demandas de natureza trabalhista que a cooperativa é polo passivo.

(II) Refere-se a provisão para PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 1999 a 2004. No exercício de 2021 foi realizado atualização dos depósitos conforme extratos emitidos pela Caixa Econômica Federal e atualização do saldo das provisões passivas.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDI-RURAL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$548.331,09** em ações de natureza cível.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	72.377,84	-	71.005,97	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.102.350,89	-	946.386,31	-
Outros (I)	3.494.606,93	-	1.354.532,37	-
TOTAL	4.669.335,66	-	2.371.924,65	-

(I) Refere-se basicamente a IRRF do pagamento dos juros sobre o capital (JCP) e IRRF sobre aplicações financeiras a serem recolhidos no mês subsequente.

19. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (I)	43.854.936,07	-	32.294.867,68	-
Cheques Administrativos	1.575,71	-	6.756,58	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (II)	1.353.725,86	-	1.352.018,10	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	5.380.433,27	-	4.216.902,97	-
Credores Diversos - Pais (IV)	1.926.288,30	-	1.349.492,83	-
TOTAL	52.516.959,21	-	39.220.038,16	-

(I) O grupo social e estatutário tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras	4.052.209,98	-	3.405.931,63	-
Cotas de Capital a Pagar (a)	11.689.167,65	-	7.416.751,80	-
FATES - Fundo de Assist. Técnica, Educacional e Social (b)	28.113.558,44	-	21.472.184,25	-
TOTAL	43.854.936,07	-	32.294.867,68	-

(a) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se a saldo de conta salário, referente a prestação de serviço de pagamento de terceiros.

(III) Refere-se a pagamento a efetuar de despesas com pessoal e despesas administrativas.

(IV) Refere-se a valores não ajustados, mas ainda sujeitos a conciliação decorrentes das operacionalizações de produtos e serviços da instituição com seus associados.

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	490.271.678,43	402.502.568,17
Quantidade de Associados	14.646	12.149

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, destinação de 35% das sobras apuradas no exercício, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva Estatutária - Fundo para Aumento de Capital

Representado pelas sobras após as destinações legais conforme previsto no Estatuto Social. Conforme previsão estatutária, é destinada integralmente para aumento de capital, por ocasião das AGO anuais de prestação de contas.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Conforme previsto no Art.32 do Estatuto Social as sobras apuradas serão destinadas para o Fundo de Aumento de Capital.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
1. Resultado Líquido na DSP	146.544.240,57	92.020.410,02
2. Reversões	-	1.561.069,53
2.1 Legais/Estatutárias		
Utilização do FATES (Treinamento, Eventos)	-	1.561.069,53
3. Base das destinações Legais (1 + 2)	146.544.240,57	93.581.479,55
4. Destinações	(58.617.696,23)	(37.432.591,82)
4.1 Fundo de Reserva		
35% das Sobras (art.34 inc.I) Estatuto	(51.290.484,20)	(32.753.517,84)
4.2 FATES		
5% das Sobras (art.34 inc.II) Estatuto	(7.327.212,03)	(4.679.073,98)
5. Sobras após destinações Legais (3 + 4)	87.926.544,34	56.148.887,73
6. Reversões	685.837,84	-
6.1 Legais/Estatutárias		
Utilização do FATES (Treinamento, Eventos)	685.837,84	-
7. Sobras após reversões (5 + 6)	88.612.382,18	56.148.887,73
8. Destinações	(88.612.382,18)	(56.148.887,73)
8.1 Fundo para aumento de capital art. 32 do Estatuto	(88.612.382,18)	(56.148.887,73)

21. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

No exercício de 2021, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$20.329.706,66 equivalente a 100% da variação da SELIC. Em 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$10.307.188,70 equivalente 100% da variação da SELIC.

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	446.223,28	716.136,78	425.654,77
Rendas de Empréstimos	51.152.870,66	90.349.971,74	65.910.827,64
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.527.987,96	4.415.763,53	3.324.113,98
Rendas de Financiamentos	65.422.313,05	106.218.382,73	41.210.995,46
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	26.796.041,24	60.162.748,48	60.703.241,28
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	4.093.238,48	5.309.750,67	2.384.148,24
Rendas de Finan. Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	19.366.468,52	26.597.031,88	7.785.561,27
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	13.689.031,92	13.696.618,33	22.644,22
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	605.022,12	3.028.749,05	2.804.065,76
TOTAL	184.099.197,23	310.495.153,19	184.571.252,62

23. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Captação	(42.734.473,11)	(59.392.926,69)	(23.519.782,24)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(25.632.834,92)	(34.979.816,64)	(10.175.770,20)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	27.646.685,28	48.324.798,67	32.116.249,39
Reversões de Provisões para Outros Créditos	58.098,45	74.778,74	90.986,87
Provisões para Operações de Crédito	(50.824.640,52)	(100.238.045,58)	(68.551.791,25)
Provisões para Outros Créditos	(483.022,86)	(914.033,56)	(229.064,46)
TOTAL	(91.970.187,68)	(147.125.245,06)	(70.269.171,89)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	1.684.984,00	3.338.447,86	2.242.304,67
Rendas de Outros Serviços	10.663.801,12	17.260.793,95	7.952.634,30
TOTAL	12.348.785,12	20.599.241,81	10.194.938,97

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Serviços Prioritários - PF	540.223,77	1.088.912,77	1.309.128,40
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	88.370,33	96.808,73	29.181,40
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	386.812,16	753.126,64	845.618,80
TOTAL	1.015.406,26	1.938.848,14	2.183.928,60

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(62.511,05)	(173.923,67)	(183.909,94)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.506.252,19)	(2.803.782,43)	(2.733.493,44)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.517.538,96)	(4.201.633,14)	(3.234.152,42)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.160.453,39)	(5.831.837,01)	(5.016.568,22)
Despesas de Pessoal - Proventos	(8.089.460,27)	(14.975.912,86)	(12.623.126,54)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(5.662,25)	(10.918,25)	(253.454,58)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(141.577,73)	(245.975,58)	(220.488,04)
TOTAL	(15.483.455,84)	(28.243.982,94)	(24.265.193,18)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(551.347,13)	(982.304,12)	(835.897,16)
Despesas de Aluguéis	(831.850,12)	(1.507.973,53)	(1.084.282,86)
Despesas de Comunicações	(717.918,91)	(1.384.650,06)	(1.207.390,93)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(241.707,04)	(485.427,70)	(512.363,19)
Despesas de Material	(284.908,53)	(476.951,38)	(337.956,31)
Despesas de Processamento de Dados	(1.109.066,17)	(2.210.119,15)	(2.182.438,48)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(755.112,75)	(1.249.591,45)	(2.184.562,55)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(127.275,07)	(228.980,83)	(190.901,04)
Despesas de Seguros	(224.013,83)	(452.727,72)	(489.971,60)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.509.368,62)	(4.155.136,11)	(2.583.461,30)
Despesas de Serviços de Terceiros	(403.495,41)	(745.903,14)	(513.397,21)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.074.142,85)	(2.097.689,17)	(1.933.059,41)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(855.374,27)	(1.556.571,45)	(1.164.560,21)
Despesas de Transporte	(1.356.238,40)	(2.559.979,78)	(2.146.239,96)
Despesas de Viagem no País	(182.893,59)	(247.044,50)	(122.811,86)
Despesas de Amortização	(118.379,30)	(401.791,17)	(640.628,35)
Despesas de Depreciação	(1.286.579,35)	(2.451.642,75)	(2.114.610,01)
Outras Despesas Administrativas	(2.906.741,69)	(5.597.002,74)	(4.549.377,35)
TOTAL	(15.536.413,03)	(28.791.486,75)	(24.793.909,78)

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	82.293,32	394.885,73	261.870,20
Dividendos	-	464.254,11	1.229.697,62
Atualização depósitos judiciais	1.659.551,13	1.659.551,13	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	997.167,02	1.706.616,61	1.278.031,18
Outras rendas operacionais	408.905,77	1.497.143,40	2.104.099,77
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.545.734,48	2.935.092,24	1.776.167,86
Juros ao Capital Recebidos da Central	933.290,65	933.290,65	347.319,58
TOTAL	5.626.942,37	9.590.833,87	6.997.186,21

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Serviços Prioritários - PF	540.223,77	1.088.912,77	1.309.128,40
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	88.370,33	96.808,73	29.181,40
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	386.812,16	753.126,64	845.618,80
TOTAL	1.015.406,26	1.938.848,14	2.183.928,60

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(62.511,05)	(173.923,67)	(183.909,94)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.506.252,19)	(2.803.782,43)	(2.733.493,44)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.517.538,96)	(4.201.633,14)	(3.234.152,42)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.160.453,39)	(5.831.837,01)	(5.016.568,22)
Despesas de Pessoal - Proventos	(8.089.460,27)	(14.975.912,86)	(12.623.126,54)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(5.662,25)	(10.918,25)	(253.454,58)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(141.577,73)	(245.975,58)	(220.488,04)
TOTAL	(15.483.455,84)	(28.243.982,94)	(24.265.193,18)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(551.347,13)	(982.304,12)	(835.897,16)
Despesas de Aluguéis	(831.850,12)	(1.507.973,53)	(1.084.282,86)
Despesas de Comunicações	(717.918,91)	(1.384.650,06)	(1.207.390,93)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(241.707,04)	(485.427,70)	(512.363,19)
Despesas de Material	(284.908,53)	(476.951,38)	(337.956,31)
Despesas de Processamento de Dados	(1.109.066,17)	(2.210.119,15)	(2.182.438,48)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(755.112,75)	(1.249.591,45)	(2.184.562,55)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(127.275,07)	(228.980,83)	(190.901,04)
Despesas de Seguros	(224.013,83)	(452.727,72)	(489.971,60)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.509.368,62)	(4.155.136,11)	(2.583.461,30)
Despesas de Serviços de Terceiros	(403.495,41)	(745.903,14)	(513.397,21)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.074.142,85)	(2.097.689,17)	(1.933.059,41)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(855.374,27)	(1.556.571,45)	(1.164.560,21)
Despesas de Transporte	(1.356.238,40)	(2.559.979,78)	(2.146.239,96)
Despesas de Viagem no País	(182.893,59)	(247.044,50)	(122.811,86)
Despesas de Amortização	(118.379,30)	(401.791,17)	(640.628,35)
Despesas de Depreciação	(1.286.579,35)	(2.451.642,75)	(2.114.610,01)
Outras Despesas Administrativas	(2.906.741,69)	(5.597.002,74)	(4.549.377,35)
TOTAL	(15.536.413,03)	(28.791.486,75)	(24.793.909,78)

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	82.293,32	394.885,73	261.870,20
Dividendos	-	464.254,11	1.229.697,62
Atualização depósitos judiciais	1.659.551,13	1.659.551,13	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	997.167,02	1.706.616,61	1.278.031,18
Outras rendas operacionais	408.905,77	1.497.143,40	2.104.099,77
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	1.545.734,48	2.935.092,24	1.776.167,86
Juros ao Capital Recebidos da Central	933.290,65	933.290,65	347.319,58
TOTAL	5.626.942,37	9.590.833,87	6.997.186,21

29. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(2.675,38)	(3.819,10)	(2.991,97)
Operações de Crédito – Desp. de Descontos Concedidos em Renegociações	-	-	(2.587,16)
Outras Despesas Operacionais	(1.808.198,21)	(2.718.508,40)	(234.256,73)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(3.628,00)	(6.748,00)	(13.327,00)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(268.841,59)	(374.749,89)	(29.837,73)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(13.085,44)	(15.537,39)
Perdas - Fraudes Externas	(20.560,00)	(20.560,00)	(49.041,29)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(3.000,00)	(3.000,00)	-
Perdas - Práticas Inadequadas	(4.446,40)	(4.446,40)	(6.641,98)
Perdas - Danos a Ativos Físicos	(1.430,00)	(1.430,00)	(104,00)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(437,73)	(437,73)	(480,00)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(37.085,95)	(37.085,95)	(21.487,66)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(209.237,09)	(209.237,09)	-
TOTAL	(2.359.540,35)	(3.393.108,00)	(376.292,91)

30. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para Garantias Prestadas	(2.439.897,52)	(3.817.919,90)	(1.643.449,91)
Reversões para Contingências	-	1.431,02	-
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	937.775,62	1.619.327,14	935.491,09
TOTAL	(1.502.121,90)	(2.197.161,74)	(707.958,82)

31. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ganhos de Capital	220.533,14	236.599,65	81.573,28
Reversão de Provisões não Operacionais	-	-	423,13
(-) Perdas de Capital	(17.912,63)	(51.221,21)	(73.821,22)
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	(0,73)	-
TOTAL	202.620,51	185.377,71	8.175,19

32. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

33. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas em 2021:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	50.938.692,92	1,63%	876.645,90
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	5.809.444,39	0,19%	52.045,31
TOTAL	56.748.137,31	1,81%	928.691,21
Montante das Operações Passivas	124.917.052,88	3,31%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	18.507,49	304,45	0,16%
Financiamentos Rurais	27.360.579,00	568.285,23	1,81%
Empréstimos	1.454.852,52	24.548,53	0,26%
Financiamentos	42.173.717,85	1.182.122,91	4,99%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	10.241.286,51	2,48%	0%
Depósitos a Prazo	37.611.837,36	3,64%	0,76%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	5.051.652,17	2,02%	0,70%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,26%
Financiamentos	0,88%
Aplicações Financeiras	94,80%

Percentual em Relação à Carteira Geral Movimentação no Exercício de 31/12/2021	
Empréstimos e Financiamentos	1,04%
Crédito Rural (modalidades)	1,09%
Aplicações Financeiras	3,31%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	24.871,01
Crédito Rural	89.934.068,32
Direitos Creditórios Descontados	2.565,27
Empréstimos	48.493.335,96
Financiamentos	1.650.617.590,81

e) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(313.752,96)	(595.541,60)	(583.480,07)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.506.252,19)	(2.803.782,43)	(2.733.493,44)
F.G.T.S. Diretoria	(114.070,33)	(211.060,21)	(204.929,59)
TOTAL	(1.934.075,48)	(3.610.384,24)	(3.521.903,10)

34. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO - SICOOB CREDI-RURAL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDI-RURAL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB UNI**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	803.547.894,08	405.344.708,52
Ativo - Investimentos	25.926.596,82	16.743.979,77
Total das Operações Ativas	829.474.490,90	422.088.688,29
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	35.000.000,00	35.000.000,00
Total de Operações Passivas	35.000.000,00	35.000.000,00

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB UNI**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	24.947.997,93	36.140.696,92	16.811.569,54
Rateio de Despesas da Central	(1.893.625,38)	(3.710.638,98)	(3.118.236,97)

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

35.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

35.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência	768.363.826	600.124.285
Capital Principal - CP	318.305.786	192.307.616
Índice de Basileia %	27,76%	32,76%
Índice de imobilização %	2,88%	3,18%
Ativos Ponderados pelos Riscos	2.767.876.404	1.831.501.101

Rio Verde – GO, 31 de dezembro de 2021.

Kadmo Ribeiro Carneiro
Presidente do Conselho de Administração

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Operacional

Ocimar Furtado de Souza
Diretor de Negócios

Bruno de Oliveira Borges
Contador CRC GO 25.074/O-1

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano, Sicoob Credi-Rural, no cumprimento às disposições legais e estatutárias e relativamente às demonstrações financeiras e contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresenta o seu parecer à Assembleia Geral, nos seguintes termos:

Examinamos o relatório e as demonstrações financeiras e contábeis pertinentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 apresentadas pela Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano, Sicoob Credi-Rural e, também, consideramos: os resultados do acompanhamento sistemático; as reuniões de verificação realizadas por este Conselho no decorrer do referido exercício; as informações e esclarecimentos recebidos da administração no decorrer do exercício; o relatório da área de Controle Interno; e, o relatório e opinião da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, datado de 24 de fevereiro de 2022.

Neste contexto, concluímos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião. As demonstrações financeiras e contábeis acima referidas apresentam adequadamente, nos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano, Sicoob Credi-Rural em 31 de dezembro de 2021, motivo porque opinamos pela sua aprovação.

Rio Verde - GO, 02 de março de 2022.

Henrique de Campos Citroni

Carlos Roberto Marques Júnior

Daniela Carvalho Giacomini

Kathleen Van Den Broek

Juzilane Carvalho Dias

Ricardo Vian

Orçamento exercício de 2022

ORÇAMENTO	2022
Receita Operacional Bruta	582.000.000
Receita Operações de Crédito	379.000.000
Ingresso de Depósitos Intercooperativos	142.000.000
Receita Serviços	30.000.000
Outras Receitas	31.000.000
Custos/Despesas	377.000.000
Despesas Administrativas	77.000.000
Captação	122.000.000
Empréstimo e Repasses	67.000.000
Provisões	86.000.000
Outras Despesas Operacionais	25.000.000
RESULTADO	205.000.000